

A 1ª República em Alfândega da Fé-II



Notas sobre

a divulgação

das ideias

republicanas

em

Alfândega da Fé

Nos últimos tempos tenho dedicado algum do meu tempo livre à pesquisa de dados sobre Simão Machuca, o primeiro Presidente da Câmara Municipal após a implantação da República, em 1910. A intenção final é reunir informação suficiente para uma pequena biografia sociopolítica desta figura, sobre a qual sabemos muito pouco, para além de que, juntamente com Joaquim Cândido de Mendonça, foi fundador da primeira Comissão Municipal Republicana, em 1908.

No entanto, à medida que vou desenvolvendo este trabalho vão surgindo algumas pistas e ideias que gostaria de partilhar já com os visitantes deste site, entre os quais podem estar alguns com ligação às famílias de que vou falar e eventualmente disponham de outras informações que muito agradecia me fizessem chegar.

Como se desenvolveram as ideias republicanas em Alfândega da Fé?

Esta é a pergunta central do presente artigo. Pergunta de difícil resposta, sem dúvida, se é que alguma vez seremos capazes de explicar coerentemente como é que o republicanismo chegou até ao nosso concelho. Mas existem algumas ligações entre famílias que, no mínimo, despertam a curiosidade.



Vou começar por desvendar a minha ideia actual, deixando já claro que se trata de uma primeira abordagem que nova documentação poderá vir a alterar. O Morgado de Vilarelhos (Francisco António Pereira de Lemos), figura que sempre achei central na política concelhia de boa parte do século XIX, pode ser a chave para explicar o desenvolvimento de ideias mais progressistas na nossa área geográfica, particularmente no Vale da Vilarica. Liberal assumido e até defensor da corrente mais “fundamentalista”, que foi o Setembrismo, esta respeitada figura, natural de Vilarelhos, tinha certamente ligações a outros grandes proprietários da Vilarica e não será demais recordar que até 1952 o concelho de Alfândega da Fé incluía mais território da Vilarica do que actualmente, nomeadamente Santa Comba, Assares e Junqueira, situação que tudo indica já vinha desde a segunda carta de foral, de 1510 (1).

Ora, esta realidade de divisão administrativa, bem distinta da actual, certamente que favoreceu o desenvolvimento de relações de amizade e até familiares na zona da Vilariça e é precisamente daí que vemos surgir alguns dos homens que abraçam cedo os ideais republicanos.

Conhecendo-se o relacionamento que teve com figuras da política nacional e as suas posições políticas mais radicais, nomeadamente com preocupações na defesa das populações mais desfavorecidas, como está bem evidenciado numa das actas da Câmara Municipal num dos momentos em que foi seu Presidente (2) e sabendo-se que os ideais republicanos cedo se difundiram no nosso país, não será de estranhar que o próprio Morgado de Vilarelhos, pela influência que teve no concelho, tenha favorecido a chegada desses ideais a terras de Alfândega da Fé.

Não afirmamos necessariamente que o Morgado de Vilarelhos fosse adepto daqueles ideais, pois nada nos permite tirar tal conclusão, mas tal não seria de estranhar, pois os Setembristas (ainda que dentro deste grupo fizesse parte dos moderados) tinham já a matriz do republicanismo que, aliás, está já presente na corrente mais à esquerda das Cortes de 1820.

De qualquer forma, embora o republicanismo comece praticamente com a Revolução Liberal de 1820, convém não esquecer que a sua organização em partido político só acontecerá em 1870 e mesmo assim a sua expansão só acontece verdadeiramente a partir do episódio do Ultimato britânico de 1890. Mas a verdade é que um genro do Morgado, Camilo de Mendonça, foi também um destacado dirigente político local e regional do Partido Progressista (3) e o filho deste, portanto neto do Morgado, Joaquim Cândido de Mendonça, o jovem que fundou a primeira Comissão Municipal Republicana! São coincidências a mais para não nos colocarem as suspeitas já apresentadas.

A extinção do concelho e o avanço do republicanismo

Entre 24 de Outubro de 1895 e 13 de Janeiro de 1898, o concelho de Alfândega da Fé esteve extinto. O século XIX registou inúmeras alterações administrativas ao nível dos concelhos e entre estas duas coube a má sorte ao nosso concelho.

Na realidade, juntamente com o de Alfândega da Fé, a legislação do governo regenerador de Hintze Ribeiro, de 1895 e 1896, extinguiu quase meia centena de concelhos, alguns dos quais nunca mais foram restaurados. Freixo de Espada à Cinta, Santa Marta de Penaguião e Mondim de Basto, juntamente com o nosso, foram os quatro concelhos abrangidos em Trás-os-Montes e posteriormente todos restaurados (4).

Mas este episódio da extinção do concelho esteve precisamente na origem do desenvolvimento do republicanismo. Já Baptista Vilares referenciou esse facto na sua monografia (5) embora não tenha efectuado qualquer ligação entre os factos que aqui vamos avançar.



É caso para dizer que em matéria de expansão das ideias republicana a extinção do concelho em 1895 teve localmente um efeito semelhante ao que já tinha tido Ultimato Inglês de 1890 em todo o país. Curiosamente, o chefe de Governo que cai com o episódio do Ultimato é José Luciano de Castro (então chefe do Partido Progressista de Camilo de Mendonça) e é novamente num outro governo progressista, chefiado pelo mesmo, que sai o decreto de restauração do concelho de Alfândega da Fé, em 13 de Janeiro de 1898!

Ora, diz João Vilares que Camilo de Mendonça foi um dos lutadores pela restauração do concelho e que mais tarde, antes da implantação da República, abandonou a política e o

partido, adivinhando a derrocada da monarquia.

É bem provável que a realidade tenha sido outra! Camilo de Mendonça relacionava-se então com algumas das pessoas que mais tarde estarão na primeira linha da proclamação da república em Alfândega da Fé. Mas o exemplo mais evidente de que este influente agricultor da Vilarça não andava longe do republicanismo encontramos-lo no seu próprio filho, um jovem nascido apenas em 1883 e que em 1908, apenas com 25 anos, fundou a primeira Comissão Municipal Republicana do concelho.

Aliás, não será despropositado afirmar que o velho político, Camilo de Mendonça, avançou com o seu filho para a política, o que efectivamente teria acontecido se não tivesse falecido oito dias antes da implantação da República (6).



Ora, o episódio da luta pela restauração do concelho envolveu outras figuras importantes em termos locais, como Ricardo Rafael de Almeida, médico, natural de Vila Flor, mas a residir e a exercer profissão em Alfândega da Fé, Simão Machuca, natural de Assares (que durante tanto tempo pertenceu ao concelho...) filho de outro importante agricultor, João Manuel Madureira Machuca (possivelmente ligado à Maçonaria...) e que viria a casar com uma filha de outro influente agricultor, de Santa Justa, António Miguel Ochôa. Mais tarde encontraremos toda esta gente ligada directa ou indirectamente à Comissão Municipal Republicana de 1908 e isso é um claro sinal de que as coisas não poderiam ter acontecido de um dia para o outro.

A Comissão Municipal Republicana, as ligações familiares e de amizades e o Auto de Proclamação da República

Na Comissão Municipal Republicana que fundou figuravam nomes que certamente faziam parte do círculo de amigos do seu pai, particularmente Simão Machuca e Camilo Augusto Correia.

Aquilo a que se poderá chamar o núcleo duro do republicanismo em Alfândega da Fé, antes da implantação da República, parece que se centrava na Vilariça, mais concretamente em Vilarelhos e Santa Justa, talvez com excepção de Ricardo de Almeida, que vivia na Vila. Existem provas evidentes do que acabo de sugerir: Camilo de Mendonça parece ter sido o patriarca político de todo o grupo; o seu filho Joaquim Mendonça fundou a Comissão Municipal Republicana, mas todos os restantes membros eram mais velhos; Simão José de Moraes Machuca, assim se chamava, vivia em Santa Justa e estava casado com Maria da Conceição Ochôa, filha de António Miguel Ochôa, proprietário da maior casa agrícola da localidade; Artur de Magalhães também era de Santa Justa; Camilo Correia era de Vilarelhos.



Estas ligações familiares ou simplesmente de amizades tinham certamente em comum o facto de os protagonistas estarem envolvidos com as ideias do republicanismo.

Todos estes nomes, para além de muitos outros acerca dos quais se sabe ainda menos, assinaram o Auto de Proclamação da República de 9 de Outubro de 1910 e Simão Machuca seria o novo Presidente da Comissão Municipal Republicana, que tomou conta dos destinos da Câmara Municipal.

Para se perceber até que ponto as relações pessoais se desenvolviam entre os membros deste grupo, recordaremos aqui, por exemplo, que Camilo de Mendonça, dois dias antes da morte do seu filho participou num baptizado com algum interesse, pois a criança era filha ilegítima, mas o registo tem o nome dos progenitores e até testemunhas, embora se tratasse de pastores (talvez do próprio Camilo de Mendonça); o baptizado foi celebrado em Santa Justa e das testemunhas, para além do próprio Camilo Mendonça, consta também Camilo Augusto Correia, homem da Comissão Municipal Republicana.

As relações de amizade entre Simão Machuca e Ricardo de Almeida são ainda mais evidentes. Em 26 de Dezembro de 1906 o primeiro filho de Ricardo de Almeida (Mário Carlos de Almeida, que viria também a ser presidente da Câmara e genro de João Pessoa Trigo, presidente da Câmara na altura do 25 de Abril de 1974) foi baptizado em Santa Justa, sendo padrinhos Simão Machuca e a mulher, Maria da Conceição Ochôa. Supomos que este facto prova bem o relacionamento que existia, tanto mais que o filho de Ricardo de Almeida tinha nascido em Alfândega da Fé mais de um ano antes (10 de Outubro de 1905) não sendo nesta época muito habitual que decorresse tanto tempo entre o nascimento e o baptismo.

Mais suspeita ainda é a realização do baptismo da filha de Ricardo de Almeida, Maria do Céu Almeida, que aconteceu igualmente em Santa Justa, com Simão Machuca e a mulher também como padrinhos mas, imagine-se, tudo isto em 4 de Outubro de 1910, no dia anterior à implantação da República!



Poderemos aceitar isto como uma coincidência? Talvez. Mas a verdade é que se tratava de uma Terça-Feira, dia pouco apropriado para um baptizado... ou será que podemos imaginar a cerimónia ter servido de motivo para juntar a Comissão e outros apoiantes e o grupo estava, de alguma forma, à espera que algo acontecesse?!

No meio de todo este emaranhado de interesses, famílias e relações pessoais, falta apenas encontrar uma ponte para outra figura importante do concelho que não subscreve o Auto de Proclamação da República: Júlio Manuel Pereira, que já nos anos quarenta seria genro do Dr. Manuel Vicente Faria.

Seria Júlio Pereira também um homem da República? É bem possível que sim, mas não

deveria estar por cá nessa altura. A compra do terreno e casas anexas onde mandaria construir o imponente edifício onde actualmente está instalada a Câmara Municipal só aconteceu depois de Setembro de 1911, ano em que dirige um requerimento ao Administrador do Concelho (que fazia as vezes de Conservador) a manifestar interesse na compra, solicitando uma certidão que indicasse os “ónus e encargos” da referida propriedade.

Muitas perguntas e suposições para poucos documentos que sustentem estas ideias. Ainda assim, aqui ficam lançadas, à espera de novos dados para completar este tabuleiro.

Notas.

1-Santa Comba, Assares e Junqueira, para além de Estevais, Póvoa, Adeganha e Cardanha, deixaram de pertencer ao concelho de Alfândega da Fé por Decreto de 31 de Dezembro de 1852.

2-Junho de 1846. No dia 11 deste mês a Câmara Municipal aprovou um texto em que se defendia a Revolta da Maria da Fonte. Este texto, certamente da autoria do Morgado de Vilarelhos, é um documento fundamental para perceber o seu pensamento político.

3-Muito embora se possa considerar que o Partido Progressista, apesar do nome, na sua versão organizativa de finais do século XIX se tivesse transformado num partido conservador, a verdade é que foi no seu governo que se conseguiu a restauração do concelho e a este facto não terá sido alheia a importância política de Camilo de Mendonça.

4-Este assunto foi devidamente tratado numa obra de um alfundeguense cuja família também é referenciada no texto: António Manuel Pereira; “Como nasceram os Distritos”, Edição do Autor, Porto, 1962.

(5)-Vilares, João Baptista; “Monografia do Concelho de Alfândega da Fé”, edição da CMAF, Porto, 1926

(6)-Joaquim Cândido de Mendonça morreu em 27 de Setembro de 1910, asfixiado dentro de um tonel de vinho que estaria a ser limpo para as vindimas que se avizinhavam, ao tentar salvar um trabalhador que descuidadamente lá tinha entrado, tendo morrido os dois.

F. Lopes, 21 de Fevereiro de 2010